

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 006/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, CNPJ nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Horn.

CONTRATADA: BECKER E SOARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 02.959.678/0001-21, com sede na Rua Das Siriemas, nº 561, Bairro Planalto, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85.509-020, neste ato representado por Gilson Becker, inscrito no CPF sob o nº 914.106.069-53, RG nº 5.447.159-9 SSP/PR.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo de contratação nº 011/2023, Dispensa de Licitação nº 003/2023, homologado em 16/01/2023 com data de publicação em 18/01/2023, jornal Diário do Sudoeste, Edição nº 8310, Publicações Legais, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8.666/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências constantes no Termo de Referência, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representados por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, este instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Contratação emergencial de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e qualificação térmica para câmaras de vacinas e manutenção corretiva e preventiva de equipamentos médicos, odontológicos e laboratoriais dos municípios consorciados e do Consórcio Intermunicipal de Saúde, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E VALORES

LOTE I – CÂMARAS DE VACINAS

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	7202156482-1	Manutenção preventiva: Revisão geral dos equipamentos, compreendendo entre outros: verificação dos sistemas elétricos, eletrônicos, funcionamento, vedações, temperatura, limpeza, lubrificação, testes e pequenos ajustes que não necessitem troca de peças, com emissão de Laudo Técnico relatando o atual estado dos equipamentos. Indicação e/ou solicitação de troca de peças danificadas e/ou desgastadas que prejudiquem o perfeito funcionamento dos equipamentos, com emissão de Laudo Técnico justificando a necessidade	HRS	800	280,00	224.000,00
2	7202156483-1	Manutenção corretiva: Calibração e recalibração do sensor controlador de temperatura (usando calibrador mestre certificado via RBC) Rede Brasileira de Calibração. Trocas de peças e reparos de defeitos, testes e ajustes que garantam o perfeito funcionamento dos equipamentos.	HRS	800	288,00	230.400,00
3	7202156484-1	Qualificação Térmica dos equipamentos de conservação de vacinas, com emissão de Certificado de acordo com as normas da ANVISA.	UND	200	288,00	57.600,00
4	7202156485-1	Instalação e desinstalação de equipamentos, compreendendo: montagem, instalação, desinstalação e ajustes de equipamentos novos ou usados/remanejados.	UND	100	280,00	28.000,00
5	72020130-1	Quilometragem rodada.	KM	40.000	3,70	148.000,00
LOTE II – EQUIPAMENTOS MÉDICOS/LABORATORIAIS						
6	7202156486-1	Manutenção preventiva: Revisão geral dos equipamentos, compreendendo entre outros: verificação dos sistemas elétricos, eletrônicos, funcionamento, vedações, temperatura, limpeza, lubrificação, testes e pequenos ajustes que não	HRS	2.000	280,00	560.000,00

		necessitem troca de peças, com emissão de Laudo Técnico relatando o atual estado dos equipamentos. Indicação e/ou solicitação de troca de peças danificadas e/ou desgastadas que prejudiquem o perfeito funcionamento dos equipamentos, com emissão de Laudo Técnico justificando a necessidade.				
7	7202156487-1	Manutenção corretiva: Trocas de peças, reparos e todos os ajustes necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.	HRS	2.000	280,00	560.000,00
8	7202156488-1	Instalação e desinstalação de equipamentos, compreendendo: montagem, instalação, desinstalação e ajustes de equipamentos novos ou usados/remanejados.	UND	150	280,00	42.000,00
9	72020130-2	Quilometragem rodada – manutenção de equipamentos médicos.	KM	40.000	3,70	148.000,00
LOTE III – EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS						
10	7202156489-1	Manutenção preventiva: Revisão geral dos equipamentos, compreendendo entre outros: verificação dos sistemas elétricos, eletrônicos, funcionamento, vedações, temperatura, limpeza, lubrificação, testes e pequenos ajustes que não necessitem troca de peças, com emissão de Laudo Técnico relatando o atual estado dos equipamentos. Indicação e/ou solicitação de troca de peças danificadas e/ou desgastadas que prejudiquem o perfeito funcionamento dos equipamentos, com emissão de Laudo Técnico justificando a necessidade.	HRS	1.200	280,00	336.000,00
11	7202156490-1	Manutenção corretiva: Trocas de peças, reparos e todos os ajustes necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.	HRS	1.200	280,00	336.000,00
12	7202156491-1	Instalação e desinstalação de equipamentos. compreendendo: montagem, instalação, desinstalação e ajustes de equipamentos novos ou usados/remanejados.	UND	60	280,00	16.800,00
13	72020130-3	Quilometragem rodada – manutenção de equipamentos odontológicos.	KM	40.000	3,70	148.000,00
VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$						2.834.800,00

OBSERVAÇÃO 1: OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS EM QUALQUER UMA DAS UNIDADES DE SAÚDE DOS 26 MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONIMS, INCLUINDO-SE O CONIMS, O CRE CHOPINZINHO/PR E O CAPS AD III CORONEL VIVIDA/PR. PODERÃO, NO DECORRER DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, CASO NOVOS MUNICÍPIOS VENHAM A CONSORCIAREM-SE AO CONIMS, A EMPRESA CONTRATANTE DEVERÁ ATENDER-LOS NAS MESMAS CONDIÇÕES.

OBSERVAÇÃO 2: NO CASO DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, AS MESMAS SERÃO FORNECIDAS/ADQUIRIDAS PELO RESPECTIVO MUNICÍPIO OU PELO CONIMS.

OBSERVAÇÃO 3: COMO REFERÊNCIA PARA A QUILOMETRAGEM CONSIDERAR-SE-Á O PONTO DE PARTIDA: PARA OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ A CIDADE DE PATO BRANCO E PARA OS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA A CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

MUNICÍPIOS DO PARANÁ ATUALMENTE CONSORCIADOS:	MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA ATUALMENTE CONSORCIADOS:
BOM SUCESSO DO SUL	CAMPO ERÊ
CHOPINZINHO	CORONEL MARTINS
CLEVELÂNDIA	FORMOSA DO SUL
CORONEL DOMINGOS SOARES	GALVÃO
CORONEL VIVIDA	IRATI
HONÓRIO SERPA	JUPIÁ
ITAPEJARA D'OESTE	NOVO HORIZONTE
MANGUERINHA	PALMA SOLA
MARIÓPOLIS	SANTIAGO DO SUL
PALMAS	SÃO BERNARDINO
PATO BRANCO	SÃO LOURENÇO DO OESTE
SÃO JOÃO	
SAUDADE DO IGUAÇÚ	
SULINA	
VITORINO	

2.1. A quantidade é estimada para o período de 180 dias ou até a finalização de um novo pregão eletrônico, o que ocorrer primeiro, sendo que os serviços serão realizados de acordo com a solicitação dos municípios consorciados, eximindo-se o CONIMS da obrigação da aquisição total do objeto supracitado.

2.2. Caso o CONIMS realize o pregão eletrônico no interregno previsto no item anterior, para a aquisição do objeto do Termo de Referência, prevalecerá o pregão eletrônico, com a rescisão do Contrato, objeto desta Dispensa, ficando desde já ciente o Contratado desta condição.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

3.1. A Contratante pagará à Contratada o valor de acordo com as solicitações parceladas dos municípios consorciados, podendo chegar ao total de R\$ 2.834.800,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais), sendo que as notas fiscais correspondentes as solicitações de fornecimentos de serviços geradas serão pagas com competência mensal em até 30 (trinta) dias do mês posterior a prestação dos serviços, em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

3.2. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

3.3. O pagamento se dará até o vencimento.

3.4. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor do objeto contratado.

3.5. O pagamento será efetuado após verificação dos descritivos dos serviços não sendo aceita a cobrança de qualquer outro valor.

3.6. O prestador é responsável pelos serviços, bem como pela emissão de documento fiscal, na qual deverá constar dados bancários para pagamento.

3.7. Não será efetuado pagamento caso verificado erro na Nota Fiscal até a efetiva regularização.

3.8. O cálculo dos encargos da nota fiscal será de responsabilidade da Contratada.

3.9. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

3.10. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

3.11. A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, não serão emitidas novas solicitações de fornecimentos, ressalvado o direito dos itens já entregues.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA DAS CÂMARAS DE VACINAS.

4.1.2. A manutenção preventiva tem por finalidade avaliar e corrigir possíveis incorreções quanto ao funcionamento dos equipamentos mantendo-os em perfeito estado de funcionamento evitando-se maiores danos, compreendendo entre outros, os serviços de: Revisão geral dos equipamentos, verificação dos sistemas elétricos, eletrônicos, funcionamento, vedações, temperatura, limpeza, lubrificação, testes e pequenos ajustes que não necessitem troca de peças, com emissão de Laudo Técnico relatando o atual estado dos equipamentos. Indicação e/ou solicitação de troca de peças danificadas e/ou desgastadas que prejudiquem o perfeito funcionamento dos equipamentos, com emissão de Laudo Técnico justificando a necessidade.

4.1.3. A manutenção corretiva objetiva: Calibração e recalibração do sensor controlador de temperatura (usando calibrador mestre certificado via RBC) Rede Brasileira de Calibração. Trocas de peças e reparos de defeitos, testes e ajustes que garantam o perfeito funcionamento dos equipamentos.

4.1.4. A Qualificação Térmica dos equipamentos de conservação de vacinas, deverá ser realizada de acordo com as normas da ANVISA, devendo a contratada emitir o Certificado de Qualificação.

4.1.5. No caso de troca/aquisição de peças, a empresa deverá emitir laudo identificando o equipamento e justificando a necessidade, onde conste também:

- a) Descrição detalhada das peças a serem adquiridas;
- b) Indicação das quantidades;
- c) Assinatura com carimbo do secretário municipal de saúde, autorizando a aquisição;
- d) Local, data e identificação do responsável técnico;

e) Após autorização do secretário municipal de saúde, a solicitação deverá ser encaminhada ao setor de compras do CONIMS, através do e-mail: compras@conims.com.br, o qual providenciará a aquisição das mesmas.

4.1.6. Nenhum valor de peças ou qualquer outro componente trocado ou substituído será ressarcido a contratada sem a prévia autorização do município anuente e do CONIMS.

4.1.7. Após a aquisição das peças, quando necessário, a contratada será comunicada e deverá realizar os serviços, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas a partir do dia seguinte ao do envio da solicitação/notificação.

4.1.8. A cada serviço prestado (visita), a contratada deverá emitir uma ordem de serviço (ou documento semelhante), detalhando:

- a) Data e local;
- b) Município onde os serviços foram prestados;
- c) Horário de início e término dos serviços;
- d) Responsável técnico;
- e) Estado do equipamento e procedimentos realizados;
- f) A ordem de serviço ou documento semelhante, deverá ser assinado pelo secretário municipal de saúde do município anuente atestando a execução dos serviços, o que servirá para conferência com as notas fiscais e posteriores pagamentos. A não apresentação da ordem de serviço ou documento semelhante devidamente assinado pelo secretário municipal de saúde atestando a execução dos serviços, acarretará ao NÃO pagamento dos serviços.

4.2. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS/LABORATORIAS E ODONTOLÓGICOS

4.2.1. A manutenção preventiva visa: Revisão geral dos equipamentos, compreendendo entre outros: verificação dos sistemas elétricos, eletrônicos, funcionamento, vedações, temperatura, limpeza, lubrificação, testes e pequenos ajustes que não necessitem troca de peças, com emissão de Laudo Técnico relatando o atual estado dos equipamentos. Indicação e/ou solicitação de troca de peças danificadas e/ou desgastadas que prejudiquem o perfeito funcionamento dos equipamentos, com emissão de Laudo Técnico justificando a necessidade.

4.2.2. A manutenção corretiva, quando necessário, tem por finalidade: Trocas de peças, reparos e todos os ajustes necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.

4.2.3. A Instalação e desinstalação de equipamentos, quando solicitada, compreenderá a montagem, instalação, desinstalação e ajustes de equipamentos novos ou usados/remanejados.

4.2.4. No caso de troca/aquisição de peças, a empresa deverá emitir laudo identificando o equipamento e justificando a necessidade, onde conste também:

- a) Descrição detalhada das peças a serem adquiridas;
- b) Indicação das quantidades;
- c) Assinatura com carimbo do secretário municipal de saúde, autorizando a aquisição.
- d) Local, data e identificação do responsável técnico.

Após autorização do secretário municipal de saúde, a solicitação deverá ser encaminhada ao setor de compras do CONIMS, através do e-mail: compras@conims.com.br, o qual providenciará a aquisição das mesmas.

4.2.5. Nenhum valor de peças ou qualquer outro componente trocado ou substituído será ressarcido a contratada sem a prévia autorização do município anuente ou do CONIMS.

4.2.6. Após a aquisição das peças, quando necessário, a contratada será comunicada e deverá realizar os serviços, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas a partir do dia seguinte ao do envio da solicitação/notificação.

4.2.7. A cada serviço prestado (visita), a contratada deverá emitir uma ordem de serviço (ou documento semelhante), detalhando:

- a) Data e local;
- b) Município onde os serviços foram prestados;
- c) Horário de início e término dos serviços;
- d) Responsável técnico;
- e) Estado do equipamento e procedimentos realizados;
- f) A ordem de serviço ou documento semelhante, deverá ser assinado pelo secretário municipal de saúde do município anuente atestando a execução dos serviços, o que servirá para conferência com as notas fiscais e posteriores pagamentos. A não apresentação da ordem de serviço ou documento semelhante devidamente assinado pelo secretário municipal de saúde atestando a execução dos serviços, acarretará o NÃO pagamento dos serviços.

4.3. Os serviços de manutenção, serão prestados no horário de expediente administrativo dos dias úteis (das 08:00 às 17:00h), ou ainda, numa situação de

intempérie que possa ocorrer num dia de sábado, domingo e/ou feriado, caso em que ocorra a possibilidade perda de vacinas.

4.4. A empresa contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato profissional técnico habilitado responsável pela execução dos serviços.

4.5. Os serviços serão autorizados por meio da emissão de Autorização de Fornecimento emitida pelo município, a qual deverá ser referenciada na Nota Fiscal de Prestação de Serviços e ser entregue junto ao Consórcio acompanhada de relatório mensal de serviços prestados, onde conste os horários trabalhados e os referidos serviços executados.

4.6. A contratada deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, os quais deverão ser obrigatoriamente utilizados de forma correta pelos profissionais que executarão os serviços, conforme preconiza a legislação de prevenção de acidentes.

4.7. Em caso da não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's a contratada fica sujeita as penalidades legais.

4.8. Em caso de não atendimento por impedimento de urgência, a Contratada deverá comunicar-se com a Contratante para acordar a execução dos serviços, garantindo a programação, sem qualquer prejuízo ou ônus à Contratante.

4.9. A prestação do serviço não constitui, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer espécie entre a Contratada e a Contratante.

4.10. As ferramentas e equipamentos necessários a execução dos serviços serão disponibilizadas pela contratada, sem qualquer ônus ao Contratante, o qual não se responsabilizará por qualquer dano causado pelo mau uso, desgaste ou estragos ocorridos com sua utilização.

4.11. Utilizar os padrões de referência para calibração com validade de certificação em dia, na data da realização dos serviços objeto deste edital e certificados por órgão competente.

4.12. A contratada responsabilizar-se-á pelo ressarcimento a qualquer dano causado ao patrimônio da contratante.

4.13. Os serviços deverão ser prestados com observância às normas técnicas necessárias à sua execução, com utilização de equipamentos e ferramentas adequadas.

4.14. Caso os serviços sejam rejeitados pela fiscalização do contrato, o Contratado deverá providenciar a sua imediata regularização, sob pena de impossibilitar seu regular pagamento.

4.15. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados ficará a cargo da Contratada.

4.16. Os serviços de caráter esporádicos/eventuais serão solicitados através de chamada telefônica ou por meio eletrônico e deverão ser atendidas em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo o técnico/responsável se fazer presente na Secretaria municipal de Saúde conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE ACEITE DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão aceitos provisoriamente e o aceite definitivo se dará após a verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.2. A verificação dos serviços prestados será realizada por profissional designado por cada município correspondente e atestada pelo secretário de saúde do respectivo município.

5.3. Caso os serviços sejam desaprovados, a contratada fica obrigada a refazê-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas a partir do dia seguinte ao do envio da solicitação/notificação, sem gerar nenhum ônus a contratante.

5.4. A contratada responsabilizar-se-á e arcará por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato, bem como demais custos ou encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de serviço no mesmo CNPJ contratado, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

6.2. A Nota Fiscal deverá apresentar:

6.2.1. A modalidade e o número da Dispensa de Licitação;

6.2.2. Número da Solicitação;

6.2.3. Banco, agência e conta corrente no mesmo CNPJ registrado.

6.3. O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente.

6.4. A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida detalhando a competência e os itens conforme contrato.

6.5. No caso de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve-se cadastrar o e-mail: compras@conims.com.br para envio automático no ato de sua emissão.

6.6. As retenções efetuadas na Nota Fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.

6.7. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros na entrega dos serviços solicitados, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

6.8. A nota fiscal dos serviços deverá ser emitida de acordo com cada pedido e deverá impreterivelmente apresentar o número da autorização de fornecimento que a originou.

6.9. Após o aceite definitivo por membro da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, a Nota Fiscal de serviços será encaminhada ao Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária: 02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fonte 076.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA

8.1. O prazo contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, ou até o início da vigência de novo contrato que será elaborado a partir da instauração de novo pregão, ou o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização na entrega das peças e na execução dos serviços.

9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do Termo de Referência ou deste contrato.

9.3. Efetuar os pagamentos, de acordo com as condições estabelecidas, exceto se houver atraso motivado pela CONTRATADA.

9.4. Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto, pela CONTRATADA.

9.5. Comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.

9.6. A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

9.7. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessária a regularização das faltas ou defeitos

observados.

9.8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários a CONTRATADA em relação ao cumprimento dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DOS ENTES (MUNICÍPIOS)

10.1. Encaminhar ao setor de compras do CONIMS a solicitação, via e-mail compras@conims.com.br, dos serviços necessários.

10.2. Designar um funcionário como responsável pelo acompanhamento e conferência, tanto dos serviços, como dos horários de chegadas e saídas dos técnicos que irão realizá-los.

10.3. Comunicar ao CONIMS os dados do funcionário designado para realizar o acompanhamento da execução contratual.

10.4. Promover, através do funcionário designado o acompanhamento e a fiscalização quanto à execução dos serviços, inclusive quando ocorrerem troca de peças.

10.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada ou pelo CONIMS, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do contrato.

10.6. Comunicar ao CONIMS qualquer irregularidade que eventualmente ocorra.

10.7. Dar o aceite dos serviços prestados e encaminhar ao CONIMS periodicamente cópia deste documento, para fins de conferência e pagamento à contratada.

10.8. Dar o aceite/autorização quanto houver a solicitação por parte da contratada, para aquisição de peças.

10.8.1. O aceite final dos serviços prestados pela contratada e a autorização para aquisição de peças, deverá ser realizado pelo secretário municipal de saúde de cada município através de assinatura com carimbo em ordem de serviço ou documento semelhante emitido pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados dentro dos prazos e garantias acordados.

11.2. Prestar imediata assistência quando solicitado, no caso de dúvidas de ordem técnica, esclarecendo e orientando qual a melhor forma de agir, podendo ser via telefone ou e-mail. Em caso de os equipamentos apresentarem algum defeito que impossibilite o seu uso/funcionamento, a contratada deverá prestar assistência técnica presencialmente em até 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas a partir do dia

seguinte ao da solicitação/notificação, solicitando inclusive aquisição de peças caso necessário.

11.3. Garantir a boa qualidade do serviço prestado, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes.

11.4. Disponibilizar profissionais devidamente qualificados para a execução dos serviços.

11.5. Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços ou durante a vigência do contrato, o prestador deverá providenciar a correção dos defeitos apresentados, sem que haja qualquer reembolso por parte da contratante.

11.6. Disponibilizar e manter um canal de comunicação entre contratada x municípios x CONIMS, via e-mail, telefone, whats App.

11.7. Informar o responsável com quem se manterá contato durante a vigência contratual.

11.8. Comunicar ao CONIMS as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social e demais alterações que por ventura vierem a acontecer.

11.9. Oferecer garantia dos serviços prestados.

11.10. Emitir laudos técnicos dos equipamentos a cada visita fornecendo cópia ao município.

11.11. Quando da necessidade da aquisição/troca de peças, emitir laudo justificando tal necessidade, descrevendo detalhadamente as especificações de cada peça e as quantidades, informar para qual equipamento se destinam, colher assinatura com carimbo do secretário municipal de saúde dando o aceite/autorização e encaminha-la ao setor de compras do CONIMS.

11.11.1. A cada serviço prestado (visita), a contratada deverá emitir uma ordem de serviço (ou documento semelhante), detalhando:

a) Data e local;

b) Município onde os serviços foram prestados;

c) Horário de início e término dos serviços;

d) Responsável técnico;

e) Estado do equipamento e procedimentos realizados;

f) A ordem de serviço ou documento semelhante, deverá ser assinado pelo secretário municipal de saúde do município anuente atestando a execução dos serviços, o que servirá para conferência com as notas fiscais e posteriores pagamentos. A não apresentação da ordem de serviço ou documento semelhante devidamente assinado pelo secretário municipal de saúde atestando a execução dos serviços, acarretará o NÃO

pagamento dos serviços.

11.12. Cumprir rigorosamente toda a legislação específica aplicável ao objeto contratado.

11.13. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas, direta ou indireta resultantes da adjudicação desta Licitação.

11.14. Comunicar imediatamente à contratante, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

11.15. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela contratante quanto a execução do serviço.

11.16. Cumprir integralmente com as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste instrumento.

11.17. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e a execução do serviço, serão aplicadas a contratada, as sanções previstas no termo de referência e legislação vigente.

11.18. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas contratuais.

11.19. O CONIMS não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados a legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução do contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTE

12.1. Os preços não serão reajustados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DOS SERVIÇOS

13.1. A Contratada dará garantia dos serviços prestados, devendo refazê-los caso os mesmos não surtam os efeitos esperados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas a partir do dia seguinte ao do envio da solicitação/notificação, sem gerar nenhum ônus a contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES

14.1. Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do

Contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

14.2. Advertência.

14.3. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não:

14.3.1. Nos casos em que houver atraso injustificado na entrega do material, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

14.3.2. Multa de 0,2% (zero virgula 2 por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução total ou parcial, recusa em celebrar /assinar o contrato, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

14.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

15.1.1. Deixar de executar os serviços na forma e nos prazos estipulados no contrato ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, e posteriores alterações ou legislação vigente aplicável, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba ao contratado direito a qualquer indenização.

15.2. Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

15.3. Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada;

15.4. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

15.5. Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecidas;

15.6. Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo

de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento;

15.7. Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente;

15.8. Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa a CONTRATADA.

15.9. A rescisão contratual poderá ser:

15.10. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993, de acordo com a legislação vigente aplicável.

15.11. Amigável mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

15.12. Em caso de rescisão contratual o pagamento final será realizado até o dia 30 do mês posterior ao da data descrita na nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. O Termo de contratação não poderá ser objeto de cessão, transferência e/ou subcontratação no todo ou em parte, não podendo a Contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

17.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.1.2. Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de contratação ou na execução de contrato;

17.1.3. Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de contratação ou de execução de contrato;

17.1.4. Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais participantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão contratante, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.1.5. Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo de contratação ou afetar a execução do contrato;

17.1.6. Prática obstrutiva:

17.1.7. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do consórcio, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital/Termo de Referência;

17.1.8. Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o CONIMS promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS BOAS PRÁTICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

18.1. Ao assinar o instrumento de contratação, o Contratado se declara ciente que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – e da Resolução CONIMS nº 155/2021, a íntegra do processo de Inexigibilidade do qual originou o presente contrato será disponibilizada no Portal da Transparência do CONIMS, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica descritas no Edital, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

18.2. Na execução do objeto contratado, a Contratada se responsabiliza pelo uso regular de dados de pacientes para uso exclusivo das finalidades do CONIMS, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AÇÕES JUDICIAIS

19.1. Qualquer ação judicial contra a CONTRATANTE oriunda de serviços prestados pela CONTRATADA, ou mesmo que venha a CONTRATANTE compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à CONTRATANTE todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

20.1. A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos) quando da execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à licitante vencedora, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

20.2. A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Pato Branco/PR, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assinam o presente contrato, o presidente do CONIMS Sr. Paulo Horn, e o Sr. Gilson Becker, qualificado preambularmente, representando a contratada, bem como duas testemunhas.

Pato Branco/PR, 19 de janeiro de 2023.

GILSON BECKER
CONTRATADA

PAULO HORN
CONTRATANTE

Testemunhas

LHUANNA G. VARDANEGA PERICO
CPF: 079.734.929-41

RAFAEL DAVI R. DE QUEIROZ
CPF: 017.866.461-88